

Universidade Estadual de Ciências da Saúde - UNCISAL
ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE PROF^a VALÉRIA HORA

PLANO DE CURSO

CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Maceió/Al
Julho 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
UNCISAL
Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora
ETSAL

▪ **Reitora**

Profª. Drª Rozangela Maria de Almeida Fernandes Wyszomirska.

▪ **Gerente da ETSAL**

Profª Janaína Duarte Andrade.

e-mail: jana.ad@hotmail.com

▪ **Coordenadora de Planejamento da ETSAL**

Edelzuíta Novaes Bezerra.

e-mail: delzuitabnovaes@hotmail.com

▪ **Coordenadora do Núcleo de Educação Profissional da ETSAL**

Profª Ivani Torres de Holanda.

e-mail: ivaniholanda@hotmail.com

▪ **Coordenador do Curso de Vigilância em Saúde da ETSAL**

Prof.

e-mail:

○ **Colaborador do Projeto e Plano de Curso de Vigilância em Saúde**

Prof.

e-mail:

Endereço: Rua Pedro Monteiro, 347 – Centro, Maceió/AL – CEP 57.020-380

Site: www.etsal.com.br.

e-mails: etsal@etsal.com.br / ETs-al@hotmail.com.

Sumário

1. Justificativa	03
2. O Contexto	07
3. Objetivo	08
4. Requisitos de Acesso	09
5. Documentos Necessários para Matrícula.....	09
6. Perfil Profissional de Conclusão.....	10
7. Mapa de Competências.....	10
8. Organização Curricular e Carga Horária.....	16
9. Metodologia.....	17
10. Estratégia Operacional.....	18
11. Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores	19
12. Avaliação da aprendizagem.....	20
13. Instalações e equipamentos	22
14. Referências	25

1. Justificativa

A expansão dos serviços de saúde, motivada pela diretriz organizativa da descentralização, assim como as novas formas de se pensar e organizar a atenção à saúde vem demandando a necessidade de contratação de grande número de trabalhadores tanto de nível superior como de nível médio. Em relação ao pessoal de nível médio, muitos foram contratados e estão atuando nos serviços de saúde, sem a necessária formação específica, compondo um grupo de trabalhadores chamados “trabalhadores leigos”

As exigências postas por essa nova realidade brasileira, (ampliação da autonomia política e operacional dos estados e municípios), fundamentada na Constituição Federal de 88, que no Capítulo da Saúde, coloca Saúde como Direito de Todos e Dever do Estado, a ser garantido mediante Políticas Públicas, no seu artigo 200, inciso III, define que o Sistema Único de Saúde (SUS), além de outras atribuições, nos termos da lei deve: “ordenar a formação de recursos humanos para saúde¹.”

Essa realidade, exige das instituições de Saúde, assim como das instituições formadoras um novo alinhamento de seus pressupostos. Se durante tantos anos a Atenção à Saúde foi organizada com centralidade nas ações curativa com foco no indivíduo, também durante muitos anos a formação esteve aliada a esse modelo de organização. Daí, ambas as instituições hoje estão carecendo da incorporação de uma nova dimensão estruturante.

No contexto das políticas de educação, a promulgação da Lei nº 9.394/1996 implicou a rediscussão dos marcos e referenciais da educação como um todo e, mais especificamente, da educação profissional técnica de nível médio².

Assim, as Instituições formadoras, além de se manterem em observância às bases legais da Política Nacional de Educação, devem estar com suas propostas pedagógicas fundamentadas nos princípios filosóficos e operacionais do Sistema Único de Saúde.³

Atualmente, a política é norteada pelas diretrizes operacionais do Pacto pela Saúde, criado através da Portaria GM/MS nº 399 de 2006, que define as

diretrizes operacionais, fundamentadas na ampliação da autonomia política e operacional dos estados e municípios^{3a}

O Governo Federal tem investido muito no sentido de profissionalizar os trabalhadores sem qualificação específica através de várias iniciativas coordenadas pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação, a exemplo no Estado de Alagoas de projetos como o Projeto Nordeste (anos 80 a 90), Projeto de Formação dos Trabalhadores da Enfermagem (PROFAPS), Projeto de formação dos Auxiliares e Técnicos em Saúde Bucal (TSB) e Projeto de Formação em Técnico em Análises Clínicas (TAC).

E nesse processo organizativo ascendente do Sistema Único de Saúde (SUS) – a Municipalização - demandando cada vez mais a responsabilização dos municípios pelo planejamento, produção, oferta e avaliação da atenção à saúde precisa-se de gestores municipais, trabalhadores e usuários mais ativos e conhecedores dos seus problemas, que planejem e pratiquem suas próprias estruturas gerenciais e de assistência à saúde a depender das necessidades loco-regionais.

Em particular, no campo da Vigilância em Saúde, por ser uma área em que no campo da formação específica, quase não se investiu, se vive hoje um déficit qualitativo de profissionais (alguns dados serão apresentados adiante).

Movidos por essa situação, os gestores municipais de saúde do Estado de Alagoas solicitaram no ano de 2007 algumas modalidades de formação técnica, dentre elas a formação técnica dos trabalhadores da Vigilância em Saúde.

A Vigilância em Saúde⁴ é a área que objetiva a análise permanente da situação de saúde da população e consequente organização e execução de ações, medidas, procedimentos oportunos e pertinentes ao controle de determinantes, riscos e danos à saúde da população incluindo abordagens individuais e coletivas dos problemas identificados. Responde pelas ações de promoção da saúde, de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde constituindo-se espaço de articulação de técnicas e conhecimentos de base multidisciplinar, requeridos pelo trabalho:

- na vigilância epidemiológica;
- na vigilância da situação de saúde;
- na vigilância em saúde ambiental;
- na vigilância da saúde do trabalhador;
- na vigilância sanitária.

A Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora é a única de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Alagoas, admitida na Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) e tem como missão prioritária, formar e qualificar trabalhadores técnicos de nível médio do SUS, que entraram para o setor saúde sem formação específica. A mesma vem assumindo, ao longo desses 20 anos, o desafio de superar o antigo enfoque tradicional da formação profissional centrada na atenção curativa individual, baseada exclusivamente no treinamento de pessoas para o exercício de procedimentos meramente técnicos.

Nesse contexto torna-se oportuno ressaltar que em se tratando da educação profissional técnica de nível médio, o Parecer CNE/CEB nº 16/ 1999, afirma que:

[...] não se concebe, atualmente, a educação profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas como importante estratégia para que cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas [...]⁵

Dentre as várias barreiras que limitam o acesso à saúde, como a barreira jurídica e a econômica, vale destacar a barreira sociocultural, onde a linguagem e a comunicação entre os usuários e os trabalhadores de saúde acontece de forma ainda inadequada. Superar essa barreira cultural e comunicativa entre usuários e o Sistema de Saúde é condição *sine qua non* para a melhoria da atenção à saúde da população.

E em consonância portanto com as questões acima descritas, a educação profissional técnica de nível médio na área da vigilância em saúde busca atender à complexidade técnica e política desse campo, uma vez que os municípios precisam qualificar as intervenções na área das vigilâncias que atuam no território, hoje desenvolvidas de forma fragmentada entre os

diversos campos do saber e desarticuladas das demais ações e especificamente da atenção básica.

É oportuno registrar que em relação à Educação Profissional técnica de nível médio, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em um trabalho de revisão, atualizou e lançou em agosto de 2008, o novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos em Saúde (CNCTS), onde foi extinta a modalidade de formação Técnica em Vigilância Sanitária e criada a nova modalidade de formação, o Técnico em Vigilância em Saúde, no eixo tecnológico denominado Ambiente, Saúde e Segurança.

Esse eixo tecnológico, segundo o CNCTS do MEC (2008)⁴

Compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparelho tecnológico de suporte e atenção à saúde; abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde x doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais; Tem como características comuns a pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais⁵.

Assim sendo, considerando a concepção de educação profissional, consagrada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, a Escola Técnica de Saúde de Alagoas Professora Valéria Hora - ETSAL construiu esse curso de formação Técnica em Vigilância em Saúde, norteado pelas Diretrizes e Orientações Nacionais para o curso Técnico de Vigilância em Saúde (MS)⁴, que definiu o perfil de competência a ser adquirido por esses trabalhadores, atrelado à observância das bases políticas e legais do Ministério da Educação.

O citado perfil de competências, foi elaborado a partir de estudos sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde em parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde, Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fundação Osvaldo Cruz, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Organização Pan-Americana de Saúde. Em várias etapas desse processo

houve a participação efetiva do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, do Ministério da Educação, especialmente de membros da Câmara de Educação Básica, representantes do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e de professores de Universidades⁴.

2. O contexto

Estudo realizado em Alagoas no ano de 2008, mostrou que as equipes das Vigilâncias são compostas por trabalhadores de nível superior e médio, sendo a maior parte desses trabalhadores, deste último. Este grupo não tem formação específica e vem sendo preparado para o trabalho através de processos pontuais de capacitação. Sabe-se que muitos deles têm sido tratados pelo sistema de saúde como meros operadores de prescrições técnicas, normatizações, legislações e atividades de controle e erradicação de doenças³.

O estudo identificou a seguinte realidade

- 88,3% dos trabalhadores que estão inseridos nas vigilâncias dos municípios de Alagoas são de nível médio, sendo que desses, 100% não tem formação específica para atuação na área ³.

Analisa ainda que de forma geral algumas atribuições definidas nos documentos oficiais do Ministério da Saúde, vêm sendo realizadas por esses trabalhadores. Mas na maioria das vezes sem compreensão da realidade como um todo, sem conhecimento do resultado das suas atividades, que são realizadas enquanto tarefas prescritas por coordenadores, configurando que são tratados como meros executores de prescrições técnicas, de normatizações, legislações e ações de controle e erradicação de doenças, como se supunha ao iniciar o estudo³.

Mostrou também que os trabalhadores desenvolvem as ações das vigilâncias de modo desarticulado entre si e entre os outros serviços de saúde, especialmente os da atenção básica. Não incorporaram no seu cotidiano, a lógica da articulação entre as diversas equipes e entre as suas ações³.

O desafio que está posto para o Sistema de Saúde é a mudança efetiva na forma de organizar a Atenção à Saúde e nesse contexto está a lógica do

trabalho articulado da Vigilância em Saúde (análise da situação de saúde, vigilância ambiental em saúde, vigilância da saúde do trabalhador e a vigilância sanitária) e da Atenção Básica em Saúde.

Portanto, é fundamental dar a esse enorme contingente de trabalhadores de nível médio que está no campo das vigilâncias, suporte científico, conferir-lhes legitimidade e identidade profissional para o país galgar a implementação de práticas mais articuladas e conseqüentemente mais qualificadas, entre as Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária, da Saúde do Trabalhador, Ambiental em Saúde e a Atenção Básica³.

3. Objetivo

Geral

Formar profissionais inseridos nos serviços de saúde do SUS, para desenvolver de forma articulada as ações das vigilâncias no âmbito da atenção básica, usando os dados e informações produzidas no território para planejar, executar e avaliar medidas de intervenção em situações de risco e de vulnerabilidade do homem e do meio ambiente.

Específicos

Promover a compreensão sobre o processo histórico de estruturação e organização do setor saúde;

Introduzir a pesquisa em saúde no cotidiano de práticas do Técnico da Vigilância em Saúde;

Fundamentar o conhecimento sobre os princípios estruturantes e organizativos do Sistema Único de Saúde;

Aprofundar a compreensão sobre as ferramentas gerenciais vigentes que norteiam o processo de consolidação dos princípios da universalidade, da integralidade, da equidade e da participação da população no SUS;

Promover a (re) construção do conhecimento em Vigilância em Saúde, contextualizado com as necessidades dos serviços de saúde e da comunidade, em consonância com a Legislação da Educação e da Saúde.

Fortalecer o processo de empoderamento dos municípios no tocante ao desenvolvimento de ações articuladas, humanizadas e qualificadas no campo das vigilâncias.

4. Requisitos de Acesso

O acesso aos módulos dar-se-á da seguinte forma:

Módulo Introdutório – Entendendo e Participando da Pesquisa em Saúde

- Ter concluído o 2º grau
- Ser trabalhador do SUS

Módulo I – Contextualizando e Organizando o Cuidar em Saúde.

- Ter concluído o 2º grau.
- Ter concluído o módulo Introdutório*.
- Ser trabalhador do SUS

Módulo II - Operacionalizando as ações, procedimentos e intervenções da área da vigilância em saúde

- Ter concluído o 2º grau.
- Ter concluído o módulo I*.
- Ser trabalhador do SUS

Módulo III – Participando da organização e Gestão em Saúde

- Ter concluído o 2º grau.
- Ter concluído o módulo II.*
- Ser trabalhador do SUS

*Explicado no item “avaliação

- O postulando a educando deverá ter idade mínima de 18 anos; ter concluído o ensino médio e estar , preferencialmente, contextualizado no Sistema Único de Saúde, na condição de trabalhador da saúde.

5. Perfil Profissional de Conclusão

Compreender a complexidade do trabalho em saúde e a especificidade do trabalho da vigilância em saúde; compreender o trabalho da vigilância em saúde como atividade multidisciplinar que se realiza a partir de articulações intra e intersetoriais; contextualizar o trabalho da vigilância como

ação pública de responsabilidade do Estado; organizar em equipe o processo de trabalho na área da vigilância em saúde considerando a integralidade das ações do SUS; identificar fatores e situações de risco à saúde; utilizar conhecimentos e aportes científicos, técnicos e éticos como base para o planejamento e execução de ações e procedimentos específicos, complementares e compartilhados, que caracterizam a vigilância em saúde; compreender que as ações da vigilância em saúde implicam a mediação de interesses, direitos e deveres entre pessoas, grupos, processos e o acesso e consumo de bens e serviços⁴.

6. Mapa de Competências

O mapa de competência define que o curso deverá estar organizado a partir de três grandes eixos⁴.

Eixo I : Organização e gestão do processo de trabalho da vigilância em saúde no âmbito da atenção básica

Competência: Organizar e gerir o processo de trabalho da vigilância em saúde no âmbito da atenção básica utilizando dados e informações para identificar e intervir em situações de risco, de vulnerabilidade e de suscetibilidade de grupos populacionais e ambientes, conforme normas e protocolos estabelecidos pela União, Estados e Municípios.

Saber-Fazer (habilidades)	Saber-Saber (conhecimentos)
<p>Selecionar e analisar fontes de dados e informações de interesse para a organização do processo de trabalho</p> <p>Articular fluxos de informação para a organização do processo de trabalho</p> <p>Desenvolver, em conjunto com a equipe, ações de planejamento e organização do trabalho em vigilância em saúde na atenção básica</p>	<p>Estrutura e organização do SUS: história, legislação, políticas e gestão da saúde e da vigilância em saúde;</p> <p>Política Nacional de Saúde: princípios e diretrizes do SUS e programas prioritários;</p> <p>Política Nacional de Promoção da Saúde;</p> <p>Política Nacional de Atenção Básica;</p> <p>Estrutura e organização do MS, SES e</p>

<p>Operar sistemas de informação de interesse para a área de vigilância em saúde;</p> <p>Redigir relatórios técnicos</p> <p>Monitorar e avaliar as ações desenvolvidas no âmbito da atenção básica</p>	<p>SMS;</p> <p>Sistema Nacional de Vigilância em Saúde;</p> <p>Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;</p> <p>Plano municipal e local de saúde;</p> <p>Trabalho: conceito, história, contexto do trabalho na área da saúde, organização do processo de trabalho em saúde e especificidades do trabalho na Vigilância em Saúde;</p> <p>Ética e bioética;</p> <p>Planejamento, monitoramento e avaliação;</p> <p>Sistemas de informação de interesse de interesse da Vigilância em saúde e da atenção básica e os sistemas estaduais e municipais de informação;</p> <p>Acessar informações socioeconômicas e outras fontes (IBGE, DATASUS)</p> <p>Protocolos do SNVS e do SINAVISA;</p> <p>Instrumentos da Gestão (Plano de Saúde, PAVS, Programa Anual da VISA, Relatório Anual de Gestão);</p> <p>Normas de Redação Técnica.</p>
--	---

Eixo 2: Execução de ações e procedimentos técnico-operacionais

Competência II: Executar ações e procedimentos técnicos específicos, complementares e compartilhados no sentido da proteção, prevenção e controle de doenças e de agravos e riscos relacionados a produtos, ambientes, serviços de saúde e outros serviços de interesse da saúde.

Saber-Fazer (habilidades)	Saber-Saber (conhecimentos)
----------------------------------	------------------------------------

<p>Desenvolver ações de coleta e qualificação da informação;</p> <p>Identificar e informar a ocorrência de agravos de notificação compulsória, eventos adversos e queixa técnica;</p> <p>Aplicar oportuna e pertinentemente a legislação sanitária para fins de cadastro, monitoramento e fiscalização de produtos, serviços de saúde, ambientes (incluindo o de trabalho) e outros de interesse da saúde;</p> <p>Mapear e referenciar geograficamente agravos, fatores de risco e outras informações relevantes para a saúde humana;</p> <p>Analisar situação de saúde e elaborar plano operacional para o desenvolvimento do trabalho;</p> <p>Monitorar, no meio ambiente, fatores não biológicos de risco para saúde humana relacionados à qualidade da água, solo e ar (ambientes coletivos fechados);</p> <p>Monitorar qualidade da água para consumo humano no nível local;</p> <p>Monitorar a presença de contaminantes ambientais que interferem na saúde humana no nível local;</p> <p>Controlar reservatórios animais de doenças, vetores, animais peçonhentos e artrópodes de importância sanitária;</p> <p>Atuar em situações de surtos de DTA's, zoonoses, arboviroses, ectoparasitoses articulando fluxos, dinâmica e atribuições dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica;</p> <p>Monitorar no meio ambiente a presença de vetores, animais peçonhentos e outro</p>	<p>Conceitos básicos da geografia e da cartografia;</p> <p>Territorialização e geoprocessamento em saúde;</p> <p>Epidemiologia: conceito, etapas, métodos e aplicação de medidas de intervenção; conceitos de risco, surto, determinantes e condicionantes em saúde, vulnerabilidade e indicadores de saúde, conceitos de agravos, de doença, de eventos adversos e de queixa técnica;</p> <p>Conceitos, etapas, métodos e aplicação de medidas de intervenção em vigilância em saúde;</p> <p>Doenças e agravos (transmissíveis e não transmissíveis) conforme perfil sanitário nacional e do território de referência;</p> <p>Métodos, técnicas e instrumentos de busca ativa e de notificação;</p> <p>Emergências e urgências em saúde pública: regulamento sanitário internacional, rede de informações estratégicas em saúde e sua inserção nas redes de atenção à saúde</p> <p>Protocolos referentes à busca ativa de agravos, doenças, eventos adversos e queixa técnica;</p> <p>Conhecimentos básicos de: Microbiologia, Toxicologia, Imunologia, Bioestatística;</p> <p>Contaminantes ambientais não biológicos que interferem na saúde humana;</p> <p>Saneamento Ambiental: sistemas de abastecimento de água, parâmetros de potabilidade, esgotamento sanitário e resíduos sólidos; drenagem urbana;</p> <p>Biologia de artrópodes de importância sanitária, animais peçonhentos;</p>
---	---

<p>de importância sanitária;</p> <p>Atuar na vigilância e no controle de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis;</p> <p>Aplicar protocolos referentes à busca ativa de agravos, doenças, eventos adversos e queixa técnica.</p> <p>Monitorar a ocorrência de zoonoses em populações animais de interesse <i>para a saúde humana, silvestres</i>, sinantrópicos e reservatórios animais de doenças;</p> <p>Monitorar, no meio ambiente, fatores não biológicos de risco para saúde humana relacionados à qualidade da água (ambientes coletivos fechados);</p>	<p>hospedeiros e reservatórios animais de doença;</p> <p>Taxonomia de artrópodes de importância sanitária, animais peçonhentos, hospedeiros e reservatórios animais de doença;</p> <p>Anatomia e fisiologia de canídeos e felinos para fins de coleta de amostras de sangue;</p> <p>Técnicas de armazenamento, transporte, conservação de imunobiológicos (PNI e CRIE)</p> <p>Técnicas de aplicação de imunobiológicos em animais (canídeos e felinos);</p> <p>Técnicas de coleta, acondicionamento e remessa de diferentes tipos e classes de amostras para análise (água, solo, alimentos e outras de interesse da saúde);</p> <p>Técnicas de coleta, de captura, de acondicionamento e de remessa de artrópodes de importância sanitária, animais peçonhentos, hospedeiros e reservatórios animais de doença;</p> <p>Técnicas de controle de artrópodes de importância sanitária; animais peçonhentos; hospedeiros e reservatórios animais de doença;</p> <p>Medidas de prevenção e controle nas zoonoses, arboviroses, ectoparasitoses, animais peçonhentos;</p> <p>Medidas de prevenção e controle do meio ambiente, produtos e serviços;</p> <p>Medidas de promoção da saúde, prevenção e controle de doenças;</p> <p>Normas de segurança no trabalho;</p>
--	--

Eixo 3 - Educação e Comunicação

Competência III: Articular população, trabalhadores e serviços da saúde e de outras áreas do território de referência para programar ações e intervenções intersetoriais voltadas para a promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde.

Saber-Fazer (habilidades)	Saber-Saber (conhecimentos)
<p>Programar e organizar treinamentos e eventos para a qualificação da equipe de trabalho;</p> <p>Criar e construir meios de informação e de comunicação para a população do território de referência.</p> <p>Executar ações de educação para a saúde e mobilização social associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação, à proteção e utilização dos bens e recursos ambientais, incluindo os relacionados ao trabalho;</p> <p>Usar técnicas de negociação e abordagem de pessoas, organizações e grupos;</p> <p>Integrar equipes de planejamento e programação de ações de proteção e promoção à saúde de grupos referidas ao ambiente e segurança do trabalho.</p>	<p>Bases sociais, pedagógicas e antropológicas dos processos de comunicação, mobilização e de educação para a saúde;</p> <p>Direito Sanitário Ambiental e de saúde do trabalhador;</p> <p>Técnicas de elaboração de material e recursos educativos e de comunicação.</p> <p>Processos educativos e técnicas de mobilização e negociação de grupos e coletividades;</p>

}

Saber-ser ético-profissional (atitudes, valores, habilidades sócio-afetivas)

▼

Compreensão respeitosa, responsável, sensível e solidária do outro, considerando a diversidade sociocultural; relação dialógica, crítica e autônoma com a equipe de trabalho, outros setores da área da saúde e com a população, atuação criativa, oportuna e com pertinência técnica científica e política;

comunicação clara e compromissada com a melhoria da qualidade de vida e com a preservação dos bens e do ambiente, atuação pautada na saúde como um direito e como um bem público.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

O curso tem 1.440 horas sendo 1.200 horas de concentração supervisionado, obedecendo a Legislação que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional² e 240 horas de estágio supervisionado em observância também à legislação vigente⁶. A organização curricular se dá em torno do eixo temático definido por Módulos que agregam campos do saber afins e estes são compostos de múltiplas Unidades de Ensino, onde se alternam sistematicamente períodos de Concentração/Dispersão e Estágio Supervisionado. No primeiro, os alunos estão reunidos em sala de aula para desenvolver as atividades planejadas, fazem visitas aos serviços, fazem levantamentos e entrevistam a comunidade sob a orientação do instrutor e voltam para sala de aula para discutir e comparar o que foi discutido em sala e o que foi encontrado no campo e assim ir (re) construindo o conhecimento. No segundo, o aluno deverá estar nas atividades práticas nos serviços e comunidades para aplicar os conhecimentos (re) construídos no período de concentração e estarão acompanhados do instrutor de estágio.

O curso Técnico em Vigilância em Saúde tem quatro Áreas Curriculares e estão apresentados abaixo com suas respectivas cargas horárias.

COMPONENTE CURRICULAR I/ementas		
Unidade Introdutória - O processo de Pesquisa em Saúde e a ética profissional	AULAS	ESTÁGIO SUPERVISIONADO
Compreender que o saber ético-profissional é transversal ao saber-saber, saber-fazer e saber-ser que constituem a formação do Técnico em Vigilância em Saúde;	32	20 horas
Reconhecer a importância da ética profissional e em pesquisa na área da saúde;	08	
Compreender a importância da metodologia e da seleção dos sujeitos de pesquisa para o desenvolvimento de uma pesquisa ética;	20	
Refletir sobre aspectos importantes a serem considerados no desenvolvimento de uma	16	

pesquisa.		
SUB-TOTAL	76 horas	20 horas
COMPONENTE CURRICULAR II/ementas		
Contextualizando e Organizando o Cuidar em Saúde	AULAS	ESTÁGIO SUPERVISIONADO
Levar o aluno a refletir sobre o processo saúde-doença e seus determinantes, em seus aspectos conceituais numa perspectiva histórica;	60	60 horas
Estimular o aluno a compreender a importância da educação, da escuta qualificada e da comunicação enquanto ações estratégicas para o desenvolvimento das práticas em saúde coletiva;	60	
Evidenciar a importância da Promoção da Saúde e da Prevenção de doenças, possibilitando a correlação entre saúde e qualidade de vida;	40	
Promover o conhecimento sobre a história da Política de Saúde no Brasil;	20	
Levar o aluno a entender a organização da atenção à saúde no território, enquanto consequência da ideologia e interesses políticos e econômicos vigente numa sociedade;	80	
Conhecer os principais sistemas de informação em saúde	40	
Subsidiar o conhecimento dos alunos quanto à organização/gestão do SUS e a legislação que lhe dá sustentabilidade;	40	
Levar o aluno a reconhecer a importância do controle social enquanto ferramenta legal da população para garantir seu direito à saúde;	40	
SUB – TOTAL	380	60 horas
COMPONENTE CURRICULAR III / ementas		

Operacionalizando Ações, Procedimentos e Intervenções na Área da Vigilância em Saúde	AULAS	ESTÁGIO SUPERVISIONADO
<p>Aprofundando conceitos básicos da geografia e da cartografia;</p> <p>Territorialização e geoprocessamento em saúde;</p> <p>Estudando a Epidemiologia: conceito, etapas, métodos e aplicação de medidas de intervenção; risco em saúde, surto, vulnerabilidade e indicadores de saúde, conceitos de agravos, de doença, de eventos adversos e de queixa técnica;</p> <p>Aprofundando as etapas, métodos e a aplicação de medidas de intervenção em vigilância em saúde;</p> <p>Identificando doenças e agravos (transmissíveis e não transmissíveis) conforme perfil sanitário do estado e do território de referência;</p> <p>Refletindo sobre os métodos, técnicas e instrumentos de busca ativa e de notificação;</p> <p>Identificando emergências e urgências em saúde pública: regulamento sanitário internacional, rede de informações estratégicas em saúde e sua inserção nas redes de atenção à saúde</p> <p>Estudando os protocolos referentes à busca ativa de agravos, doenças, eventos adversos e queixa técnica;</p> <p>Entendendo aspectos básicos de: Microbiologia, Toxicologia, Imunologia e Bioestatística;</p> <p>Discutindo sobre os contaminantes ambientais não biológicos que interferem na saúde humana;</p> <p>Estudando Saneamento Ambiental: sistemas de abastecimento de água, parâmetros de potabilidade, esgotamento sanitário e resíduos sólidos; drenagem urbana;</p> <p>Conhecendo a biologia de artrópodes de importância sanitária, animais peçonhentos; hospedeiros e reservatórios animais de doença;</p> <p>Conhecendo a taxonomia de artrópodes de importância sanitária, animais peçonhentos, hospedeiros e reservatórios animais de doença;</p> <p>Anatomia e fisiologia de canídeos e felinos para fins de coleta de amostras de sangue;</p>	<p>32h</p> <p>40h</p> <p>48 h</p> <p>16h</p> <p>08 h</p> <p>04h</p> <p>32h</p> <p>16h</p> <p>32h</p> <p>16h</p> <p>24</p> <p>08h</p> <p>08h</p> <p>16h</p>	<p>120 horas</p>

Conhecendo as técnicas de armazenamento, transporte, conservação de imunobiológicos (PNI e CRIE)	16h	
Desenvolvendo as técnicas de aplicação de imunobiológicos em animais (canídeos e felinos);	32h	
Desenvolvendo técnicas de coleta, acondicionamento e remessa de diferentes tipos e classes de amostras para análise (água, solo, alimentos e outras de interesse da saúde);	16h	
Desenvolvendo técnicas de coleta, de captura, de acondicionamento e de remessa de artrópodes de importância sanitária, animais peçonhentos, hospedeiros e reservatórios animais de doença;	08h	
Conhecendo as técnicas de controle de artrópodes de importância sanitária; animais peçonhentos; hospedeiros e reservatórios animais de doença;	08h	
Desenvolvendo medidas de prevenção e controle nas zoonoses, arboviroses, ectoparasitoses, animais peçonhentos;	16h	
Aplicando medidas de prevenção e controle do meio ambiente, produtos e serviços;	16h	
Desenvolvendo medidas de promoção da saúde, prevenção e controle de doenças;	32h	
Normas de segurança no trabalho;	16h	
SUB – TOTAL	460h	120 Horas

Componente curricular IV/ementas		
Participando da Organização e Gestão em Saúde	AULAS	ESTÁGIO SUPERVISIONADO
Conhecer a História da Administração	24	40 horas
Entender a administração nos Serviços de Saúde;	40	
Compreender o Planejamento enquanto instrumento da gestão em saúde;	40	
Participar do Planejamento do Trabalho do Técnico em Vigilância em Saúde	80	
Entender a Supervisão nos serviços de saúde;	20	
Entender o processo de Avaliação;	20	
Participar do processo de avaliação em saúde.	60	
SUB - TOTAL	284 h	40 horas
TOTAL DE CARGA HORÁRIA	1.200 horas	240 horas

9. Metodologia

A metodologia adotada pela escola, em consonância com a organização curricular, busca operar um processo pedagógico onde estejam integrados o conhecimento científico e o conhecimento advindo do trabalho. Assim, está planejada uma série encadeada de atividades para o aluno, que advêm da própria vivência do mundo do trabalho em saúde.

O processo educativo da escola tem por base a “Pedagogia da Problematização”, discutida, analisada, experimentada e eleita, pela comunidade escolar, como tecnologia Educacional apropriada à concepção ideológica de aprendizagem do mundo moderno.

De acordo com Bordenave

a pedagogia da problematização parte da base que, em um mundo de mudanças rápidas, o importante não são os conhecimentos ou idéias nem os comportamentos corretos e fáceis que se espera, mas sim o aumento da capacidade do aluno – participante e agente da transformação social – para detectar os problemas reais e buscar para eles soluções originais e criativas. Por esta razão, a capacidade que se deseja é a de problematizar, através de “Perguntas Relevantes” em qualquer situação para posteriormente entendê-las e ser capaz de resolvê-las adequadamente⁷.

Assim, a escola utiliza a prática de aulas dialogais, problematizadoras, porque entende que o mais importante no processo de aprendizagem não é a transmissão de conceitos, regras, técnicas e rotinas decididas verticalmente. Ao contrário, acredita que o mais necessário e estratégico para a sociedade atual é estimular o aluno para que seja de fato sujeito no processo de aprendizagem e conseqüentemente na sua prática profissional e social.

O material didático e instrucional do curso é construído por técnicos da escola em parceria com os profissionais dos serviços das áreas específicas, considerados expertises nos assuntos a serem trabalhados.

Esse material, chamado guia curricular, é construído a base de perguntas relevantes (ligadas intencionalmente ao objetivo/conteúdo pretendido), de casos trazidos da realidade dos serviços de saúde, onde os alunos são estimulados a identificar problemas e buscar respostas que muitas vezes são encontradas em sala, no processo de discussão entre o grupo e outras vezes não são encontradas. Com essas dúvidas provocadas intencionalmente, os alunos são levados a procurar respostas na literatura ou na internet, em pequenos grupos, para depois trazerem para apresentação no grande grupo. Assim, buscando e encontrando respostas, poderão estar sendo construtores do seu próprio conhecimento e contribuindo com os colegas. Assim, estimula-se a prática do trabalho em grupo e a percepção da riqueza e valor do trabalho em equipe.

Destacamos a nossa crença de que não se pode separar a transformação individual da transformação social, por isso desenvolvemos o processo de aprendizagem de forma dialogal e grupal.

O uso dessa pedagogia, segundo Bordenave produz como resultados

Aluno constantemente ativo, observando, formulando perguntas, expressando percepções e opiniões; Aluno motivado pela percepção de problemas reais cuja solução se converte em satisfação; Aprendizagem ligada a aspectos significativos da realidade dos alunos; Desenvolvimento de habilidades intelectuais de observação, análise, avaliação, compreensão, extrapolação, etc.; Intercâmbio e cooperação entre os membros do grupo; Que haja sempre a superação de conflitos como ingrediente natural da aprendizagem grupal; Que o instrutor participe do processo aprendendo com os alunos; Que os alunos concebam a sua própria realidade e valorize o aprender com ela; Que a aprendizagem se dê dentro do contexto adequado à realidade do aluno; A elevação do nível médio de desenvolvimento intelectual dos alunos, graças a maior estimulação e desafios durante o processo; O uso de tecnologias viáveis e culturalmente compatíveis. Desenvolver a personalidade integral do aluno, sua capacidade de pensar e raciocinar, assim como seus valores e hábitos de responsabilidade, cooperação, etc ⁷.

Todo o processo pedagógico para o desenvolvimento da programação curricular conta com a integração dinâmica entre o instrutor e o aluno. Cabe ao primeiro estimular e orientar o processo de modo que a apropriação da informação científica, necessária ao desempenho do aluno, se dê respeitando o ritmo individual, os esquemas de assimilação de que dispõe e as características culturais. Assim a programação curricular funciona como orientação para o instrutor e mediação entre este e o aluno.

10. Estratégia Operacional

Visando o processo de formação no trabalho e para o trabalho, o curso acontecerá de forma descentralizada. Os municípios com maior estrutura serão selecionados para servirem de municípios-pólo e assim, receberão alunos dos municípios circunvizinhos (satélites). O espaço físico para serem ministradas as aulas teóricas será definido pelas Secretarias Municipais de Saúde (municípios – polos) que irão sediar o curso. As salas de aula deverão propiciar ambiente adequado para aprendizagem (livre de barulho, com água potável e banheiro adequado).

Deverá ser disponibilizado por cada gestor, um televisor e um DVD, a fim de propiciar a exibição de filmes que constam na organização didática do curso. O transporte dos alunos que moram na zona rural e nas cidades vizinhas, ficará sob a responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde (contrapartida). Será solicitado também aos gestores que nos dias de aula teórica seja providenciado o almoço dos alunos. As aulas acontecerão às

sextas e sábados, ou em outros dias da semana, desde que pactuados com gestores e trabalhadores-alunos, de forma a não trazer prejuízos significativos ao processo de trabalho e os estágios supervisionados serão realizados em dias escolhidos entre os instrutores e alunos.

Os instrutores serão os profissionais que trabalham nas vigilâncias dos municípios e também na atenção básica. Com isso se objetiva estimular a integração ensino-serviço pois ao tempo em que os profissionais do município se envolvem com o processo formativo, conseqüentemente se comprometem com a reorganização dos serviços, uma vez que estes são os campos de estágio. Esses instrutores, preferencialmente serão especialistas em Vigilância em Saúde, com experiência comprovada nesse campo e serão pedagogicamente capacitados em curso de 88 horas, pela equipe técnico-pedagógica da ETSAL.

Será realizado processo de seleção dos instrutores através de currículo, carta de intenção discorrendo por que o profissional quer ser instrutor do curso e também uma declaração do gestor municipal de saúde atestando: 1º. A experiência do profissional no campo da vigilância e atenção básica, 2º. Declaração de liberação para o profissional ser instrutor no dia da (s) aula (s). A Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora, ficará responsável pela articulação técnica-política e administrativa do curso, construção do material didático, pelo acompanhamento pedagógico do curso, fornecimento de material didático (guias curriculares, textos selecionados, cartolinas, pincel atômico, DVDs), matrícula dos alunos, capacitação dos instrutores, supervisão mensal às turmas, avaliação do processo de aprendizagem juntamente com os instrutores e também do monitoramento do preenchimento das cadernetas. Se responsabilizará em promover os ajustes técnico-pedagógico e administrativos entre os diversos parceiros, desde que sejam necessários, à medida que o curso estiver sendo operacionalizado.

11. Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores, advindos do Ensino Médio, de qualificação profissional, etapas ou módulos concluídos em outros cursos de

nível técnico, dar-se-á mediante processo de avaliação desenvolvido pela escola, em consonância com a legislação em vigor.

Por ser a organização curricular estruturada como currículo integrado só poderá ser aproveitado estudos anteriores, que tenham sido abordados na mesma lógica curricular da escola. Vale ressaltar que no campo das vigilâncias, a quase totalidade dos cursos e ou treinamentos ministrados até o presente momento, foram desenvolvidos por cada uma das vigilâncias em separado. Destaca-se que nesse aspecto, o domínio do conteúdo não é o foco principal, mas o modo como este se articula com os outros campos do saber e do fazer, uma vez que o desafio é formar trabalhadores na lógica da “Vigilância em Saúde” e assim superar o antigo paradigma que está fundamentado em práticas isoladas de cada uma das vigilâncias. No campo da prática específica do aluno-trabalhador, a experiência de cada um poderá ser validada após avaliação do instrutor e aprovação do conselho pedagógico da escola, sempre se levando em consideração que o objeto do curso é a implantação de um paradigma de práticas articuladas entre as diversas vigilâncias e dessas com a atenção básica.

12. Avaliação da aprendizagem

Como foi registrado anteriormente, a execução da programação curricular se dá em torno do eixo temático definido por Áreas de Conhecimento, nesse curso composto por quatro áreas curriculares, onde se alternam sistematicamente períodos de Concentração/Dispersão e os Estágios Supervisionados.

~~Esta Escola não utiliza formas tradicionais de avaliação.~~ Serão aplicados instrumentos variados de verificação de aprendizagem nos diversos momentos das unidades didáticas e a qualquer momento em que os instrutores julguem necessário monitorar o processo de aprendizagem. Trata-se de realizar avaliação processual. Assim sendo, leva-se em conta: *o saber, o fazer e o saber-ser.*

~~Do exposto, infere-se que~~ o processo de avaliação se inicia a partir dos primeiros contatos em sala de aula e continua com o acompanhamento sistemático da evolução na construção do conhecimento.

Dentro desta perspectiva, a avaliação é um componente de grande importância, sendo considerada como parte integrante do processo de planejamento curricular.

Trata-se de avaliar para acompanhar e recuperar o aluno, entendendo que o ato de avaliar, está presente em todos os momentos da vida humana, buscando o crescimento a partir das críticas construtivas. Sendo assim, a avaliação não está dirigida somente ao aluno, mas ao processo como um todo, visando subsidiar a tomada de decisão no sentido de superar dificuldades de aprendizagem.

Pode-se assim, distinguir dois momentos em nossa avaliação:

1. Avaliação de processo, que proporciona informações para acompanhar e corrigir a ação pedagógica durante as atividades desenvolvidas em cada passo das sequencias de atividades; Inclui a pontualidade, assiduidade, participação nas atividades em sala de aula, ética, interesse, criatividade, habilidades artísticas, escrita, liderança, expressão verbal, relacionamento e aprendizagem, ou seja: tudo que ocorre durante toda a trajetória curricular.

2. A avaliação de produtos parciais ou desempenhos, que visa investigar o resultado do processo cumulativamente.

Ao término de cada unidade, poderão ser realizadas avaliações escritas ou outras técnicas avaliativas, como forma de verificar a aprendizagem, levando o aluno a refletir criticamente sobre a realidade e administrar o seu aprendizado.

Na conclusão de cada Área Curricular, ocorrerá a apresentação de um seminário, o qual deverá sistematizar os conhecimentos adquiridos. Os discentes são orientados pelos instrutores, porém, a organização e apresentação, são atividades dos discentes e servirão para compor o processo de avaliação, denominada assim de Avaliação de Resultado Parcial.

O Estágio Supervisionado, ocorrerá de forma encadeada em torno dos eixos temáticos, à medida em que as unidades didáticas forem sendo trabalhadas. Nesse momento, o instrutor observará o aluno no desempenho das atividades planejadas, levando em consideração também, questões relativas a: iniciativa, aparência/postura profissional, pontualidade, assiduidade,

ética, humanização, interesse, criatividade, liderança, escrita, expressão verbal, relacionamento e responsabilidade.

Serão utilizados os conceitos de MB (muito bom – 9,0 a 10,0), B (bom – 8,0 a 8,9), R (regular- 6,0 a 7,9) e I (insuficiente – 0 a 5,9). O aluno será considerado apto ao obter os rendimentos, quando obtiver MB, B e R, nos Módulos. Apresentando rendimento I (insuficiente) - caso não consiga recuperar a aprendizagem, em qualquer um dos Módulos ficará impossibilitado de ao término do curso receber seu certificado ou diploma.

A recuperação da aprendizagem poderá ser realizada de forma paralela, a depender da disponibilidade de instrutores, ou subsequente. Assim sendo, recomenda-se aos alunos evitar ficar com pendências, procurando resolver suas dificuldades com o seu instrutor quando elas surgirem.

O aluno terá direito a continuidade do curso quando apresentar pendência em apenas uma área curricular. E é de sua inteira responsabilidade o resgate dessa pendência no prazo de máximo de cinco anos. .

Dessa forma, espera-se que cada uma das partes envolvidas nesse processo, assuma seu compromisso, na certeza de estarmos fortalecendo uma assistência à saúde, com qualidade.

Em relação à frequência, a Escola segue a Legislação Oficial do MEC, onde o aluno deverá obter uma frequência mínima de 75% às aulas teóricas, sendo contado na carga horária de cada Módulo. E quanto ao estágio supervisionado, a frequência deverá ser de 100%. No caso de doenças, o atestado médico deverá ser entregue no prazo máximo de 10 dias após a sua emissão, justificando a ausência, contudo não abonará as faltas.

Qualquer dificuldade que o discente tenha quanto à frequência/aprendizagem ele poderá conversar com seu instrutor, que terá autonomia de decidir o que fazer a depender de cada situação, pois cada discente é tratado e avaliado conforme sua história de vida escolar.

O fundamental para a Escola é que o discente adquira competências, atitudes e habilidades técnico/científicas para atuar no campo das vigilâncias, tendo como referencial, os princípios filosóficos e organizativos do Sistema

Único de Saúde - SUS e a legislação que regulamenta a Educação Profissional.

13. Instalações e equipamentos da ETSAL

Salas de aulas – A escola dispõe de 8 salas de aulas, com capacidade para 40 alunos, climatizadas, cadeiras estofadas e com suporte para escrita, sistema de isolamento acústico, quadro branco, aparelho de TV, vídeo cassete, / Flip Chart;

Sala de informática – Destinada à introdução dos alunos na área de informática.

Biblioteca – Dispõe de acervo geral e específico na área de saúde pública, periódicos, apostilas, dispostos arquivos deslizantes, com espaço de estudos individuais e coletivos, disponibilidade de acesso a Internet, acesso a biblioteca virtual-BIREME/USP;

Restaurante – A escola dispõe de um restaurante terceirizado, que oportuniza as refeições na própria escola;

Auditório – Capacidade para 120 pessoas, espaço climatizado e sonorizado para realização das atividades pedagógicas;

Recursos Áudios-visuais – Dispõe de projetor multimídia, tela de projeção, notebook, câmera de vídeo, DVD, caixas amplificadas, máquina de fotografia digital;

Informatização – Dispomos de uma rede informatizada que atende a todos os setores da escola, ligados a internet, dando suporte ao banco de dados geral; Laboratório de Informática e um ponto do Telessáude, destinado a web conferências, ensino a distancia, etc.

Transporte – A escola dispõe de 03 veículos, para dar suporte às ações pedagógicas;

Secretaria Escolar – Ampla sala, climatizada e informatizada, com mobiliários adequados as necessidades do setor.

Estacionamento – A escola dispõe de dois espaços amplos e projetados para estacionamentos, com controle de entrada e saída.

Instalações sanitárias – A escola possui banheiros completos para alunos e professores, funcionando dentro dos padrões de higiene.

Direção – A escola dispõe de uma sala para a direção, mobiliada e equipada para atender as demandas do setor.

Direção Administrativa e financeira – dispõe de uma sala devidamente mobiliada e equipada para a gerência das atividades administrativas e financeiras.

Os cursos descentralizados acontecerão em espaços cedidos pelos próprios municípios, conforme pactuação com os gestores (salas de aulas de escolas públicas, salas anexas às igrejas ou em espaços alugados pelo próprio gestor municipal).

Em situações que os alunos precisem conhecer algum serviço como parte da programação curricular e este município não disponha do mesmo, a Escola proverá esse apoio, fazendo contato e agendamento oficial da visita ao serviço de outro município mais próximo

14.Referências

1.BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 maio 2010.

2. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2010.

3. Mendes TKA, Oliveira SP, De Setta MH. O perfil de competências do trabalhador de nível médio no campo das vigilâncias. Dissertação apresentada

no Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Osvaldo Cruz ENSP/FIOCRUZ em convênio com o Ministério da Saúde.

4. BRASIL. Técnico em vigilância em saúde: diretrizes e orientações para a formação / Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

5. _____. Parecer CNE/CEB nº 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 nov. 1999a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em: set. 2010.

6 _____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre estágio de estudantes, altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 set. 2008c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 28 maio 2010.

7. BRASIL. Ministério da Educação. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*. Brasília, DF, 2008.